

Relatos de falta de segurança no campo são apresentados a autoridades gaúchas

A necessidade de uma atuação mais efetiva por parte das autoridades de segurança pública nas áreas rurais do Rio Grande do Sul ficou evidente em encontro, no dia 2 de dezembro, na sede da Farsul, em Porto Alegre. Na ocasião, produtores relataram os mais diversos casos que expõem a situação de fragilidade que vive o campo, como abigeato e assaltos a propriedades. A cúpula da segurança pública do Estado participou de encontro com dirigentes de sindicatos rurais e da Farsul.

O secretário da Segurança Pública, Edson Goularte, disse que as reivindicações dos produtores são justas. “São eles que estão lá na ponta e sabemos o quanto são reais e graves os problemas que inquietam os produtores. Estamos sempre atentos e vamos dar prioridade ao assunto.” Ele afirmou que os delitos que acontecem no meio urbano estão chegando com intensidade ao campo. “Vamos fazer ações diferenciadas como os mutirões realizados pela Polícia Civil, usando forças-tarefa, fazendo varreduras localizadas, identificando problemas e realizando prisões. Tem que planejar ações com inteligência”, salientou.

Para Goularte, é em encontros como esse que propostas, ações e soluções são gestadas, seja para qualificar o trabalho das polícias, seja para aproximar os produtores dos organismos da segurança. Como referencial de ações do governo estadual na infra-estrutura da segurança, o secretário citou a formatura de turma de 36 delegados e que serão dispostos pela Chefia de Polícia em municípios carentes desses profissionais. Destacou a abertura de concurso para 3 mil novos policiais militares – com contratação prevista para o primeiro trimestre de 2009, e a abertura de concurso para 150 novos delegados e 500 escrivães e inspetores. Goularte afirmou que, até o final do ano, mais de 850 viaturas deverão ser incorporadas à frota de veículos da segurança. Enfatizou a importância da



Ricardo Englert, Sperotto e Gedeão Pereira na sede da Farsul

Programa Estruturante Cidadão Seguro, a ser lançado neste mês, com verba de R\$ 450 milhões, tendo como foco seis projetos em áreas como inteligência policial e recomposição dos efetivos.

O chefe de Polícia, delegado Pedro Carlos Rodrigues, destacou a importância de o produtor registrar a ocorrência e disse que o mal que aflige os produtores rurais afeta toda a sociedade e, por isso, é foco diário das ações de polícia. Pregou a integração entre as polícias, Judiciário, produtores e comunidades para fortalecer a segurança, exemplificando que este ano, em Alegrete, força-tarefa criada para coibir os crimes de abigeato recuperou 77 cabeças de gado e prendeu mais de 20 pessoas envolvidas nesse tipo de delito. O chefe do Estado Maior da Brigada Militar, coronel João Batista Gil, assinalou que o governo está reinstrumentalizando a segurança e que, com a parceria dos municípios e produtores, melhores resultados operacionais serão colhidos pela corporação.

O secretário de Transparência, Carlos Otaviano Brenner de Moraes, enfatizou que a segurança pública envolve também as comunidades e elogiou a iniciativa da Farsul de aproximar Polícia Civil, Brigada Militar e Secretaria de Meio Ambiente na busca de soluções para as questões do campo. Ele falou sobre o grupo de trabalho, constituído em agosto após reunião realizada na Farsul, que envolve secretarias de Agricultura, do Meio Ambiente e da Segurança Pública para estudar o as questões ambientais. A in-

tenção é avaliar o que o Estado pode propor sobre o decreto 6.514, a fim de minimizar os problemas aos produtores, já que a norma vai contra a estratégia do governo gaúcho de estimular a produção. Porém, é necessário que a sugestão não interfira na atuação do Ibama. O objetivo é buscar uma solução para as pesadas multas que vêm sendo aplicadas. Um produtor de Arroio Grande foi multado em R\$ 200 mil, com base no decreto.

O secretário do Meio Ambiente em exercício, Francisco Simões Pires, se disse preocupado em compatibilizar as questões agrárias, fundiárias e ambientais, o que foi bem recebido pelos presidentes de sindicatos rurais. Eles solicitaram que o presidente da Farsul, Carlos Sperotto, manifeste à governadora Yeda Crusius o apoio para que Simões Pires seja confirmado no cargo. Spe-

rotto, no entanto, informou que o assunto será tratado na próxima reunião sobre o decreto 6.514. O secretário adjunto da Fazenda, Ricardo Englert, detalhou a medida de redução do ICMS do trigo de 12% para 2%. Além disso, informou que a secretaria analisa a proposta de criação do Fundo Rastreabilidade, proposto pela Comissão de Bovinocultura de Corte da Farsul.

A diretora de Assessoramento Especial do Departamento de Polícia do Interior, delegada Patrícia Pacheco, informou que elaborou uma proposta para que os sindicatos rurais colem as informações necessárias para o registro do boletim de ocorrência. O objetivo é facilitar o procedimento para o produtor, a fim de que a estatística seja mais próxima da realidade. No entanto, é necessário que um funcionário do sindicato seja treinado para realizar o procedimento, que seria concluído pela Polícia. Ela ainda defendeu a união de esforços das entidades municipais para envolver também as Inspeções Veterinárias e Zootécnicas e as Vigilâncias Sanitárias no combate ao abigeato, e não apenas órgãos de segurança – Brigada Militar e Polícia Civil. Segundo a delegada, é fundamental que os sindicatos rurais façam o meio de campo entre produtores e órgãos de fiscali-

zação para que seja possível chegar a resultados positivos, como o fechamento de locais onde há venda clandestina de carne. Para ela, é necessário que órgãos municipais e estaduais fiscalizem as fichas nas inspeções veterinárias e notas fiscais.

Sperotto disse que preocupa a carência de efetivos e de viaturas nas polícias para o combate aos crimes rurais, enquanto cresce o número de quadrilhas organizadas que, além do abigeato, arrombam residências, furtam e roubam equipamentos, máquinas e implementos agrícolas. Ele comentou que a preocupação no meio rural aumenta principalmente pelo tratamento que vem sendo dado ao setor pelo governo federal. “Parece que o governo não sabe o que pode acontecer se o produtor rural cruzar os braços. Queremos respeito.” Também foram apresentadas preocupações sobre as áreas de meio ambiente e tributação. “Estamos construindo soluções. Só queremos que nos deixem trabalhar. Falar em exigência de produtividade é uma falta de respeito, uma incoerência. Estamos produzindo com poucos recursos. O governo tem que lembrar que há limites a serem respeitados.” O secretário da Agricultura, João Carlos Machado, também participou do evento.

Cachoeira do Sul
(51) 3722 - 2534

balanças Cauduro Ltda.

Tronco

www.balancascauduro.com